



## SEÇÃO: DOSSIÊ

## A ideologia verde e suas manifestações no Brasil na década de 1970

*Green ideology and its manifestations in Brazil in the 1970s*

**Bruna Görgen Zeca<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-8115-7813](https://orcid.org/0000-0002-8115-7813)  
[brunagorgen@hotmail.com](mailto:brunagorgen@hotmail.com)

**Recebido em:** 30 nov. 2019.

**Aprovado em:** 9 fev. 2020.

**Publicado em:** 21 dez. 2020.

**Resumo:** Este artigo tem por finalidade discutir as bases da ideologia verde (também chamada de ambientalista ou ecologista) e demonstrar como essas ideias ambientalistas se manifestaram nos debates da década de 1970, estabelecendo uma relação entre as discussões em âmbito internacional e o que ocorria no Brasil. Os autores que analisam a ideologia verde destacam diferentes elementos centrais do movimento, não havendo uma abordagem ou um viés único, o que contribui para caracterizar a complexidade desse pensamento. No Brasil, como resultado da análise, percebeu-se que o país teve muita resistência às ideias ambientais na década de 1970, principalmente, por ver a questão como mais uma forma de dominação do centro em relação à periferia e por viver um período de "milagre econômico" em um Estado com abundância de terras em que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) era fator essencial para a manutenção do regime autoritário. Entretanto, pelo menos na segunda metade da década, o país teve de adaptar suas declarações e iniciativas para incorporar as questões que esse período e o debate global em torno do meio ambiente traziam.

**Palavras-chave:** Ideologia Verde. Brasil. Anos 1970.

**Abstract:** This article aims to discuss the foundations of green ideology (also called environmentalist or ecologist) and to demonstrate how these environmentalist ideas manifested themselves in the debates of the 1970s, establishing a relationship between international discussions and what happened in Brazil. The authors who analyze green ideology highlight different central elements of the movement, with no single approach or bias, which contributes to characterize the complexity of this thinking. In Brazil, as a result of the analysis, it was noticed that the country had a lot of resistance to environmental ideas in the 1970s, mainly for perceiving the issue as another form of domination of the center in relation to the periphery and for living a period of "economic miracle" in a land-abundant state in which growth in Gross Domestic Product (GDP) was a key factor in maintaining the authoritarian regime. However, at least in the second half of the decade, the country had to adapt its statements and initiatives to incorporate the issues that this period and the global environmental debate posed.

**Keywords:** Green Ideology, Brazil, 1970s.

### Introdução

Durante a década de 1970, discussões importantes envolvendo as questões ambientais entraram mais fortemente na pauta dos debates internacionais. A primeira grande conferência organizada pelas Nações Unidas (ONU) sobre o tema se deu em Estocolmo, em 1972, e foi formalmente chamada de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (ou Conferência de Estocolmo). A delegação do Brasil passou por intensa preparação para chegar à Conferência com um discurso sólido,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

pronto para ter uma posição firme em qualquer tema suscitado ou proposta apresentada.

O Brasil adotou uma posição de resistência ao cumprimento de qualquer meta relacionada ao meio ambiente exposta pelos demais países presentes na Conferência, recusando-se a assumir compromissos que limitassem sua capacidade de crescer economicamente ou de utilizar seus recursos naturais. Exemplo disso são algumas falas dos representantes brasileiros que afirmavam, como o Embaixador Miguel Ozório, que "os efluentes da afluência [...] estão nos escapando mais do que esmagando" (LAGO, 2006, p. 189), e como o embaixador Araújo Castro, que o meio ambiente "ainda não teve a oportunidade de ser poluído" (VISENTINI, 2004, p. 141). A posição brasileira foi assim formulada por perceber na Conferência e na ascensão do debate ecológico uma nova forma de dominação dos países desenvolvidos sobre o "Sul"<sup>2</sup> global.

Em contrapartida, ainda na mesma década, o Estado brasileiro mobilizou os países da Bacia Amazônica para firmar o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em 1978, introduzindo pautas em que já no Artigo I primavam pela preservação do meio ambiente.<sup>3</sup> Assim como em 1973, um ano após a Conferência de Estocolmo, o Governo aprovou o Estatuto do Índio e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior, a qual começou a introduzir a Educação Ambiental e, em 1975, é criado o Comitê Intergovernamental para a Proteção e o Manejo da Flora e da Fauna Amazônicas.

A partir desse contexto, em que cresciam os debates sobre o tema, o presente artigo busca mostrar quais seriam as pautas defendidas por uma chamada ideologia verde e como elas estiveram presentes nas discussões e nas políticas dos anos 1970, quando a preocupação com o meio ambiente se consolidou com a

Conferência da ONU. Cabe refletir, também, sem se chegar à uma resposta definitiva, se as ações do Brasil após a Conferência funcionaram como uma resposta a pressões internacionais ou exemplificam as mudanças na perspectiva da política externa de Geisel.

### A ideologia verde

Nesta seção, busca-se realizar uma revisão bibliográfica acerca do que caracterizaria os principais elementos do pensamento ecologista. Nem todos os autores destacam os mesmos pontos, mas pode-se perceber aspectos-chave em comum, sem deixar de lado as diferentes formas pelas quais os grupos sociais vão levar a cabo essa ideologia. Dessa forma, como Michael Freedon (1996, p. 526) destaca, as análises existentes da ideologia verde se enquadram em várias categorias que não são mutuamente exclusivas, por vezes sendo classificadas como novos movimentos sociais, por outras sendo caracterizadas entre as formas vermelha (socialista) e verde (anarquista), ou como um pensamento ecológico de esquerda, ou nem de esquerda, nem de direita, ou como uma nova representação do conservadorismo ou, ainda, como um desenvolvimento dos movimentos anticapitalistas ou românticos do século XIX.

Antes de entrar mais especificamente na análise do que Michael Freedon e Mathew Humphrey destacam como aspectos centrais da ideologia verde, cabe ressaltar alguns pontos importantes levantados por Andrew Vincent (2010), começando pela própria forma de designar esse pensamento e os diferentes termos utilizados para identificá-lo. Vincent afirma que há alguns problemas imediatos com a palavra "ecologismo" que podem ter implicações para a identidade do movimento. Primeiramente, a palavra

<sup>2</sup> Neste artigo são utilizadas expressões convencionais próprias das análises nas relações internacionais, em que se utiliza a divisão Norte-Sul para fazer referência à divisão social, econômica e política que existe no sistema internacional. O "Norte" é composto por uma minoria de países desenvolvidos e altamente industrializados, também chamado de "centro". O "Sul" se refere à maioria dos países, o que hoje chamamos de "periferia" ou "países em desenvolvimento", apesar de na década de 1970 não serem assim chamados, e sim de "Terceiro Mundo" ou "subdesenvolvidos".

<sup>3</sup> O primeiro artigo do Tratado estabelece que: "As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios" (BRASIL, 1978).

"ecologismo" pode ser considerada específica demais, carregando um caráter científico muito especializado. Tal conotação mais científica do termo pode limitar sua capacidade de transmitir sentidos profundamente pessoais e políticos para aqueles que se empenham no movimento. Em consequência disso, muitos dos que escrevem sobre a ideologia vão se referir a ela como "pensamento verde" ou "pensamento ambiental", apesar de Vincent indicar que, embora simpatize com esses termos, não os adota em seus textos por não incorporarem, em sua visão, tudo o que deseja discutir sob o guarda-chuva do "ecologismo". Em sua percepção, a denominação "verde", por exemplo, pode estar ligada a discussões com uma posição política específica, na maior parte das vezes mais "à esquerda", o que não serviria ao propósito de Vincent ao explicar o movimento ecológico, pois esse se sobreporia e, muitas vezes, incorporaria ideias que podem ser descritas como conservadoras ou autoritárias (VINCENT, 2010).

Aqui, no entanto, os termos serão utilizados sem maiores distinções, e ideologia ou pensamento "verde", "ecológico" ou "ambientalista" são entendidos apenas como sinônimos uns dos outros. Quanto à origem do movimento ecológico, em resumo, há três posições básicas que debatem essa questão. A primeira vertente sobre a origem do movimento defende que a preocupação ambiental remonta aos povos primitivos ou tribais, e que esses eram "naturalmente" mais ecologicamente conscientes do que nós. Alguns escritores alegam que os humanos "antes da industrialização" possuíam uma visão muito mais receptiva e cuidadosa do mundo ao seu redor; a impressão é que os povos pré-industriais, ou primitivos, respeitavam mais a natureza e só tiravam dela o que precisavam. Andrew Vincent ressalta que essa primeira visão das origens do pensamento verde é, de certa forma, inverificável, pelo menos em termos neolíticos, e que em períodos anteriores o que ocorria era a limitação das populações por seu número de habitantes, tecnologia e seu ambiente social e econômico. Dessa forma, Vincent assinala que, se os grupos humanos no período Neolítico tivessem inventado uma motosserra, eles certamente a

teriam usado livremente (VINCENT, 2010).

O segundo relato das origens do pensamento verde é o mais popular e amplamente utilizado, o qual argumenta que o movimento ecológico data das décadas de 1960 e 1970. Muitos veem o processo de consciência ecológica começar nos anos 1960 a partir de algumas publicações seminais dessa década, tais como *Silent Spring* (1962), *The Population Bomb* (1968) e *The Tragedy of the Commons* (1968). Outros veem no início dos anos 1970 um período mais convincente, particularmente devido à reação pública generalizada a eventos como a crise do petróleo (1973) e a relatórios profundamente ressonantes, como o relatório não oficial das Nações Unidas *Only One Earth* (1972), o relatório do Clube de Roma *The Limits to Growth* (1972), e o volume da revista *The Ecologist, Blueprint for Survival* (1972). O final da década de 1970 também viu os partidos verdes, que recém haviam se desenvolvido, competindo por vezes com sucesso para cargos políticos, como os Verdes da Alemanha Ocidental. Percebe-se, assim, que houve um vasto crescimento da literatura "verde" ou "ecológica" e uma multiplicação de organizações verdes politizadas desde a década de 1970 (VINCENT, 2010).

A terceira perspectiva acerca das origens do movimento verde identifica as raízes das ideias ecológicas no século XIX. Uma questão – que é reconhecida por muitos escritores, mesmo aqueles que favorecem a perspectiva dos anos 1970 – é que o ecologismo, até certo ponto, incorpora uma reação crítica à tradição do Iluminismo europeu. O ecologismo ocasionalmente parece desconfiar do valor supremo da razão e, com isso, também nega o lugar central dos seres humanos, refutando a ideia de que a natureza pode simplesmente ser manipulada pelos humanos para seus próprios interesses. Nesta leitura, o ecologismo foi associado a parte da reação do movimento romântico ao Iluminismo no início do século XIX. A fraqueza desta perspectiva, entretanto, é o papel crucial que a racionalidade e a ciência empírica desempenham na apresentação de grandes áreas do movimento ecológico. Como o autor sublinha, vale a pena notar que o ímpeto, significado e

consciência pública básicos que foram concedidos ao pensamento verde derivam de seu suporte e evidência científicos, não essencialmente de sua postura moral ou política (VINCENT, 2010).

Andrew Vincent também aponta para as dificuldades em lidar com a ecologia como uma ideologia política, tanto porque alguns participantes do movimento não consideram a ecologia como uma ideologia, quanto porque há o problema da diversidade dentro do movimento, o que levanta a questão da classificação das escolas ecológicas de pensamento (VINCENT, 2010). Nesse âmbito, embora se reconheça a existência de variadas ideologias verdes, seria possível identificar um núcleo morfologicamente singular, na análise de Michael Freedden, e uma assimilação também morfologicamente singular de ideias adjacentes e periféricas de outros sistemas ideológicos. Mathew Humphrey (2013, p. 406) sugere, além disso, que a ideologia verde seria uma ideologia como qualquer outra, e que as ideologias não precisariam ser rígidas, sem variações ou inflexíveis da maneira que Jonathon Porritt, autor de *Seeing Green*<sup>4</sup>, propõe ao negar que o pensamento ecológico seja uma ideologia. Nesse caso, defende Humphrey (2013), a ideia de que precisamos desenvolver uma "consciência planetária" capaz de nos permitir "redescobrir nossas ligações" com a Terra e trabalhar com empatia em relação às "harmonias orgânicas" seriam tão classicamente ideológicas quanto qualquer outra ideologia tradicionalmente conhecida.

No âmbito dos componentes principais da ideologia verde, mesmo em suas variações, pode-se sublinhar um primeiro ponto, o qual se caracteriza por ser a relação entre os seres humanos e a natureza, em que a natureza se torna um fator primordial na orientação da conduta humana (a humanidade agindo em função da natureza). O segundo aspecto que faz parte dos principais traços da ideologia verde é a preservação da integridade da natureza e de todas as formas de vida, inclusive as humanas. Esse

segundo aspecto está normalmente associado ao reconhecimento da finitude dos recursos naturais e da irreversibilidade de certos tipos de intervenção na natureza.<sup>5</sup> (FREEDEN, 1996, p. 527). Disso se originam também as variantes que pressionam por restrições ao crescimento, como o relatório do Clube de Roma, intitulado "Limits to Growth", de 1972, elaborado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), ou as correntes do "no growth".

A terceira principal concepção do pensamento verde é a promoção de variantes do holismo,<sup>6</sup> apresentado como a harmonia ou interdependência de todas as formas de vida, uma espécie de grande equilíbrio como fim desejável, bem como pré-requisito para uma vida humana viável e próspera. A quarta e última ideia-núcleo do ecologismo apresentado por Freedden é a ênfase na implementação completa e imediata de estilos de vida humana de qualidade. Esse tipo de ideia central não é muito comum, mas constitui tanto uma crença substantiva no valor da ação através do exemplo, quanto um raro modelo de noção ideológica central que enfatiza o papel indispensável das práticas adjacentes (perimétricas) na urgente realização dos outros aspectos centrais (FREEDEN, 1996, p. 527).

A partir dessas quatro ideias-núcleo identificadas por Freedden, o autor aponta que tais conceitos principais (relações entre seres humanos e natureza; preservação; holismo; estilo de vida de qualidade) não são comuns entre as ideologias políticas e possuem um alto grau de indeterminação. Esse alto grau de indeterminação do núcleo conceitual da ideologia verde exigiria um recurso ou apelo a uma gama muito diversificada de posições sócio-políticas para ser possível formular políticas públicas. A indeterminação do núcleo de ideias acabaria por permitir, portanto, que sua proximidade mútua tome uma série de caminhos que podem variar, perpassando uma ampla gama de tradições políticas (FREEDEN, 1996, p. 528-530). Além

<sup>4</sup> Este livro, segundo Humphrey (2013, p. 406), tem sido extremamente influente para o Partido Verde no Reino Unido.

<sup>5</sup> Uma visão minoritária dentro do pensamento verde aplicaria o otimismo tecnológico para crer que as questões ambientais são solucionáveis, mas esse é um caso controverso e limitrofe para a ideologia verde.

<sup>6</sup> Abordagem que prioriza o entendimento integral ou global dos fenômenos, contrapondo-se a análises que abordam os elementos tomados de forma separada, "atomística", como se fossem somas de várias partes.

disso, Freedon defende que tal indeterminação e os enxutos aspectos sociais e políticos do conglomerado conceitual da ideologia verde permitem uma série de descontinuações quando conceitos adjacentes são postos perto do núcleo, formando configurações bastante variadas, que vão desde uma ecologia ligada ao socialismo, passando também por formas anárquicas, até um pensamento verde conservador, por exemplo. Assim, uma das principais complexidades desse pensamento, segundo essa perspectiva, está na incapacidade de o núcleo conceitual fornecer uma estrutura de restrição mais forte para as contaminações adjacentes.

Já Mathew Humphrey, baseando-se na autodefinida literatura verde, a qual inclui livros, panfletos, programas partidários, entre outros materiais, e também na leitura do próprio Michael Freedon, destaca quatro compromissos principais do pensamento ecológico, mas que se diferem, em parte, dos quatro núcleos conceituais de Freedon. Os compromissos centrais da ideologia verde levantados por Humphrey que foram encontrados como aspectos em comum em boa parte da literatura são: a reestruturação ecológica; a democratização radical; o direito ecológico; e a não violência. Humphrey salienta que pode haver muitas variações sobre um mesmo tema na literatura primária, assim como em alguns textos certas ideias podem estar até completamente ausentes, mas sua ênfase nos quatro compromissos mencionados se justifica pelo que mais aparece nos textos pesquisados (HUMPHREY, 2013).

O primeiro compromisso, a reestruturação ecológica, se define por ser a ideia de que a relação entre a humanidade e a natureza deva ser colocada em uma base muito diferente da que existe atualmente. Talvez seja possível dizer que esse compromisso exposto por Humphrey une todos os quatro núcleos conceituais de Freedon, pois resumiria a crítica às nossas formas de viver. A reestruturação ecológica engloba a

crítica às práticas atualmente insustentáveis e à concepção que "nós" (pensadores e população ocidental) temos da ordem do universo (ou seja, que devemos adotar uma visão de mundo holística, e não atomística, como a humanidade separada do resto do mundo natural, e, portanto, como os seres humanos sendo moralmente superiores à natureza não humana, a qual teria apenas fins instrumentais em relação a nós).

Um segundo elemento da reestruturação ecológica é a ideia de que devemos aprender a tomar a natureza como modelo, noção essa que pode assumir diversas formas e que não está isenta de problemas. Normalmente, a ecologia é usada para mostrar o valor da cooperação mútua, da resiliência de variados ecossistemas e da ausência de hierarquia, porém, a visão da natureza como algo que opera através da seleção competitiva já foi muito utilizada para justificar uma série de formas de darwinismo social, por isso a maior parte dos autores do pensamento verde toma cuidado ao entrar nesse território, evitando abordar a questão da competição (ou seleção natural) (HUMPHREY, 2013). Em resumo, pode-se dizer que o fio condutor desse primeiro compromisso é o desejo de colocar a relação entre a humanidade e a natureza não humana em uma base sustentável, entretanto, até a questão da "sustentabilidade" se tornou algo com múltiplas facetas no discurso das políticas ambientais e é visto como uma ideia controversa por muitas das perspectivas verdes.<sup>7</sup>

O segundo compromisso da ideologia verde, compreendido como "democratização radical" na análise de Humphrey, está geralmente associado à descentralização político-administrativa e a formas mais participativas de organização democrática. A descentralização e a democracia participativa se interpenetram, fazendo com que as formas de democracia participativa sejam consideradas viáveis somente dentro de comunidades políticas relativamente de pequenas

<sup>7</sup> A sustentabilidade é um conceito complexo no discurso verde, pois questiona-se o que é que está sendo sustentado, a partir de qual base e por quanto tempo. Muitos pontos de vista da ideologia verde seriam céticos em relação a qualquer posição que se assemelhasse a um padrão de desenvolvimento, pois se há interesse na sustentabilidade, seria para sustentar alguma coisa, o que iria na contramão de uma parte importante do propósito do ecologismo, que é fornecer uma crítica de nossas formas existentes de viver. Uma perspectiva a ser considerada é sobre o quanto a sustentabilidade se teria tornado um mercado, renovando os padrões capitalistas de produção e consumo.

escalas, certamente muito menores do que a maioria dos Estados que hoje formam o sistema internacional. A descentralização política, além de possibilitar uma democracia mais participativa, traria também outras vantagens, como a facilitação da reestruturação ecológica discutida no primeiro compromisso apresentado por Humphrey, pois em locais mais restritos as pessoas teriam maior inclinação em se identificar com a natureza justamente por terem um senso de lugar, de local geográfico e ambiental que forneça o foco para sua identificação transpessoal. As pessoas teriam, a partir disso, uma maior disposição para prezar pelo meio em que habitam (HUMPHREY, 2013).

O terceiro compromisso do pensamento verde identificado por Mathew Humphrey é o de um "direito ecológico", a noção de uma forma natural ou superior de lei que possa justificar formas de ação que estejam fora do âmbito convencional, ou seja, que hoje não existiriam. Os que violariam a lei, aqui, seriam os governos, as corporações e os indivíduos cujas atividades desrespeitam as leis da sustentabilidade ecológica, esses seriam os "verdadeiros rebeldes" (na linguagem de Locke) que precisariam ser constrangidos a viver dentro dos limites naturais (HUMPHREY, 2013). Entende-se, portanto, que o papel desse direito ecológico seria o de normatizar a sociedade no sentido de coibir atividades que infringissem o funcionamento harmônico da natureza.

O quarto e último compromisso do pensamento ecológico levantado por Humphrey através da leitura da autodefinida literatura verde se caracteriza como uma "não violência", embora a forma pela qual esse compromisso se manifesta seja em si mesmo uma questão de debate dentro do movimento. Para o pensamento verde, o autor afirma, "o meio é a mensagem", então o meio pelo qual os fins "verdes" são perseguidos é um compromisso ideológico fundamental, o que faz a não violência se tornar um elemento ou compromisso central. A maior parte dos ideólogos verdes veem, por exemplo, a democracia e a participação política como partes inerentes

do ideal ambientalista, e não como um mero embelezamento superficial do processo; vias autoritárias não seriam, portanto, promovidas, já que a não violência constitui um dos compromissos centrais de sua política. O que ocorre, entretanto, é uma discussão em torno do entendimento da noção de "violência", questionando-se, por exemplo, se ataques a propriedades privadas ("inanimadas") configurariam ou não como atos violentos, como é o caso da organização ativista "Frente de Libertação da Terra – FLT"<sup>8</sup> (ou Earth Liberation Front, na sigla em inglês), a qual já foi rotulada como uma das principais ameaças terroristas dos Estados Unidos.

Para finalizar a seção acerca da dimensão ideológica e do movimento ambientalista como um todo e introduzir o debate mais direcionado ao Brasil da década de 1970, traz-se a perspectiva de Eduardo Viola, autor brasileiro, a respeito do tema. A década de 1970, como já sublinhado, marca o despertar da consciência ecológica no mundo. Pela primeira vez, a problemática da degradação ambiental provocada pelo crescimento econômico é percebida como um impasse global que ultrapassa amplamente diversas questões pontuais, as quais eram pautadas nas décadas de 1950 e 1960 pelas agências estatais de meio ambiente dos Estados primeiro-mundistas. No Sul global, Viola (1987) destaca, o movimento ecológico enfrenta maiores desafios que no Norte devido à intensa e impetuosa combinação entre os problemas de degradação ambiental e de injustiça social.

Os problemas de degradação socioambiental são, portanto, muito mais graves nos países em desenvolvimento (ou do 3.º mundo, conforme a linguagem do autor na época), pois neles boa parte da população não conta com água potável e saneamento básico, não tem resolvida a satisfação das necessidades materiais básicas e sua exposição acaba sendo a um meio ambiente excessivamente poluído. Com isso, o autor destaca três elementos propostos pelo movimento ecológico para um novo sistema de valores sustentado no equilíbrio ambiental: a

<sup>8</sup> A Frente de Libertação da Terra é uma organização que emprega técnicas de sabotagem envolvendo destruição de propriedades em locais em que os integrantes da organização acreditam haver exploração e destruição do meio ambiente.

justiça social; a não violência; e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras (VIOLA, 1987). Percebe-se, por fim, que cada autor constata tanto elementos ou compromissos em comum na ideologia verde, quanto pontos que outros analistas não haviam levantado, como o caso da justiça social, que parece mais presente em análises do movimento em países do Sul global, o que também realça a complexidade em se examinar as ideias ambientalistas.

### A manifestação ambientalista na década de 1970

Como mencionado, a Conferência de Estocolmo (ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano), de 1972, foi o primeiro grande encontro organizado pela ONU para tratar de temas relacionados ao meio ambiente. Existia, nessa época, uma preocupação real com relação à escassez de recursos naturais, afinal aumentavam os debates sobre o assunto e as publicações com previsões e prognósticos sobre o futuro.

O desenvolvimento de computadores avançados permitia a elaboração de modelos que cruzavam dados referentes ao crescimento econômico e populacional e aos recursos naturais disponíveis (DUARTE, 2003, p. 12). Uma dessas previsões realizadas a partir de modelos computacionais foi elaborada pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), que iniciou os estudos em 1970 e teve a exposição de suas conclusões publicada no relatório do Clube de Roma, intitulado "Limites ao Crescimento", também em 1972. O material lançado continha, ainda, a mensagem de que a humanidade seria capaz de criar uma sociedade na qual se poderia viver por tempo ilimitado ou indefinido caso fossem impostos limites sobre sua atividade e sobre a produção de bens materiais (MEADOWS *et al.*, 1972).

Não por acaso, a questão essencial para o Brasil durante a Conferência de Estocolmo parecia ser a asserção de que cada Estado tivesse o direito soberano de usar seus recursos naturais conforme suas prioridades, como mostra o relatório da Delegação Brasileira (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972, p. 10)

[Na área de aproveitamento de recursos naturais, os interesses do Brasil, em termos econômicos e de segurança eram de tal monta, que qualquer fórmula que, sob o pretexto ecológico, impusesse uma sistemática de consulta para projetos de desenvolvimento seria simplesmente inaceitável para o Brasil.

Aqui, recorda-se que o Brasil vivia um período de crescimento exponencial nos anos do "Milagre Econômico" e que, sob o regime ditatorial, o modelo de crescimento ou modernização se dava fortemente pelo Estado na condução de grandes projetos, o que contribui para o entendimento da posição brasileira. Além disso, conforme Maria Helena Moreira Alves (2005), o complexo ESG/IPES/IBAD havia delineado uma política de Segurança Nacional e Desenvolvimento, o que alicerçava o papel do Estado na economia.

No caso das possíveis implicações da Conferência e de políticas ambientais para o Brasil, o contexto envolvia aspectos diversos, entre os quais podem-se destacar: o ambientalismo, que no âmbito de uma ditadura de direita era associado aos movimentos de esquerda; as políticas econômicas e sociais vigentes, que tinham o papel de sustentar o regime (Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento); o temor pelas correntes de pensamento que favoreciam o "no growth", as limitações ao crescimento ou qualquer forma de consulta prévia à realização de empreendimentos (que na época se destacavam Itaipu e a Transamazônica), tendo a Argentina como apoiadora dessa ideia de consulta prévia, trazendo uma centralidade geopolítica às questões ambientais; a ideia de um ambiente de qualidade como um direito humano, o que unia dois aspectos sensíveis a um regime de violação de direitos humanos; e a opinião pública de outros países, a qual criticava abertamente o Governo brasileiro em relação à questão dos indígenas e do meio ambiente.

Visto todas essas implicações de um discurso ambientalista para o contexto brasileiro, teve o Governo de se utilizar de recursos argumentativos, considerando ser necessário contornar o problema do crescimento da população, apresentado na Conferência como o responsável pelo

desequilíbrio ecológico. Assim, o Brasil reagiu afirmando que a política demográfica era “de inteira responsabilidade nacional” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972, p. 24). O verdadeiro problema e barreira à preservação do meio, o país defendeu, era a pobreza, e não o crescimento populacional; ou seja, a melhor forma de encarar os desafios dos países em desenvolvimento relacionados ao meio ambiente era o combate à pobreza por meio do crescimento econômico (qualquer proposta que culpabilizasse o crescimento era indiscutível para o Brasil, por isso a necessidade de “inovar” sobre os debates correntes, utilizando a recursos argumentativos como artifício).<sup>9</sup>

Segundo Eduardo Viola (1987), o crescimento econômico acelerado se tornou ponto de consenso entre as elites brasileiras, e esse pensamento de crescimento acelerado teria chegado ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios nos jornais e nas revistas do primeiro mundo convidando as indústrias poluidoras a se transferirem para o Brasil, onde não teriam gastos com equipamentos antipoluentes. Além disso, a delegação brasileira na Conferência de Estocolmo (1972) argumentava que as preocupações com a defesa do meio ambiente mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o crescimento dos países em desenvolvimento (VIOLA, 1987).

Em um breve sobrevoo no movimento ecológico no Brasil da década de 1970, destaca-se a fundação, em 1971, por um grupo pioneiro encabeçado pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), em Porto Alegre: era a primeira associação ecologista a surgir tanto no Brasil, quanto na América Latina. Os principais pontos do programa fundacional da Agapan eram

Defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e a poluição causada pelas indústrias e veículos; combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; combate à po-

luição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não tratados; combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas; luta pela salvação da humanidade da destruição promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica (VIOLA, 1987, p. 88).

Nesses anos, a Agapan teve sua atuação muito dificultada pelo Governo Médici, quando o clima repressivo que dominava o país controlava qualquer organização autônoma da sociedade civil. Correspondências e outras formas de comunicação relativas a assuntos ecológicos eram interceptadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e, hoje, pode-se encontrar esses documentos através do site do Arquivo Nacional, comprovando-se que as movimentações em torno da causa ambiental eram, também, matéria de fiscalização e passível de repressão por parte do Estado. Segundo Eduardo Viola (1987), a partir de 1974, ano em que se inicia a política de distensão do presidente Geisel (aqui, há de se ter ressalvas, pois muitos autores atentam para essa distensão ter sido apenas retórica), as condições da Agapan teriam melhorado sensivelmente, fazendo com que ela se tornasse visível na sociedade gaúcha. Também em 1974, apresentado por Eduardo Viola como produto desse início de liberalização política, surgem outras associações ecológicas nas principais cidades do Sul e Sudeste do país, destacando-se o “Movimento Arte e Pensamento Ecológico”, em São Paulo.

No ano de 1973, é criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema) pelo presidente Médici, nas palavras de Viola (1987, p. 84), “com o único objetivo de cumprir exigências de alguns organismos internacionais”, as quais exigiam a existência formal deste tipo de órgão junto com relatórios de impacto ambiental, para que empréstimos destinados a grandes obras públicas fossem aprovados. Na década de 1970, portanto, já era possível visualizar certos tipos de pressão internacional por mudanças institucionais dentro

<sup>9</sup> Anos mais tarde, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92), em 1992, artifício similar foi utilizado para contornar o uso da palavra “poluição”, também relacionando-a com a pobreza. Essa argumentação realizada inovou sobre o debate acerca do meio ambiente e se pôde ver consolidado, sendo a erradicação da pobreza o primeiro dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, firmados em 2015 e que devem ser implementados por todos os Estados durante os próximos quinze anos, até 2030.



de cada país, mesmo que por vezes esses órgãos acabassem tendo funções muito marginais na burocracia estatal. No que concerne à segunda metade dessa década, agências estaduais de meio ambiente foram criadas nos estados do Sul e Sudeste do país com o objetivo de controlar os maiores excessos de poluição, mas foi somente no início dos anos 1980 que começaram a agir efetivamente em termos de licenciamento ambiental (e muitas vezes com mão branda em relação às empresas) (VIOLA, 1987).

Já a partir de 1979, Eduardo Viola ressaltava que se difunde pelo Brasil um movimento de defesa da Amazônia, em que se denuncia a intensa devastação a que a floresta estava submetida desde o início dessa mesma década. O movimento em defesa da Amazônia encontra ampla simpatia e identificação na opinião pública e, embora não tenha gerado nenhuma ação prática a curto prazo, criou e disseminou uma mentalidade mais inclinada à defesa ambiental nas agências estatais amazônicas, além de despertar a importância da "instância ecológica" acerca dos empreendimentos e políticas estatais na opinião pública (VIOLA, 1987).

Em relação à esfera internacional, em (pelo menos aparente) contraste, enquanto no âmbito da preparação para a Conferência e na própria Conferência de Estocolmo (1972), a Delegação Brasileira declarava que o país está "aberto a poluição, porque o que se precisa é dólares, desenvolvimento e empregos" (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, [2004]), em 1978 o Brasil e os demais países da Bacia Amazônica assinavam o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em que, segundo as palavras do Embaixador Rubens Ricupero (1984, p. 188)

Uma das marcas da modernidade do Tratado Amazônico é a sensibilidade que seus negociadores revelaram para com uma das principais ideias-força do nosso tempo: o despertar da consciência ecológica e a importância do meio ambiente. Talvez não exista outro tratado regional dessa magnitude que haja atribuído, desde o preâmbulo, igual

hierarquia às exigências do desenvolvimento e às da preservação ecológica, e realçado a necessidade de manter entre elas harmonioso equilíbrio.

De fato, a alusão ao igual tratamento dos temas vem desde o preâmbulo, quando se considera "que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente" (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1978, p. 1), além de o primeiro artigo do Tratado, como já se demonstrou em nota no presente texto, versar sobre a proteção do meio ambiente e a utilização racional dos recursos naturais.

Por outro lado, porém, atenta-se para o que João Daniel Lima de Almeida (2013, p. 536) afirma sobre o Tratado e o contexto da época

Em termos econômicos, é assinado em Brasília o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) entre Brasil, Bolívia, Equador, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, no qual os signatários buscavam impulsionar o desenvolvimento dos recursos econômicos da região e uma maior integração política. Era uma resposta à crescente propaganda ecológica internacional contra a gestão brasileira de seu território amazônico. Tais pressões lembravam os tempos de pressão norte-americana no século XIX pela abertura da navegação do Rio Amazonas. O Brasil se articulava multilateralmente com seus vizinhos para defender sua soberania sobre uma região considerada crescentemente relevante na lógica geopolítica dos militares brasileiros.

Assim, essa relação apontada por João Daniel de Almeida (2013) sobre o Tratado de Cooperação Amazônica ter sido uma resposta a uma situação vigente deve também ser levada em consideração para que apenas não se simplifique a questão ambiental no Brasil e se considere que o país repentinamente passou a acatar um possível pensamento verde em suas políticas e iniciativas. O TCA não deixou de ter a soberania<sup>10</sup> como aspecto central no tratamento do tema, assim como se

<sup>10</sup> Como exemplifica o Artigo IV: "As Partes Contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional" (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1978, p. 2).

identificava nos discursos durante a Conferência de Estocolmo, mas a preservação e o uso racional dos recursos vieram em "pé de igualdade" com o desenvolvimento econômico, o que seis anos antes passava ao largo dessas questões. Portanto, apesar de ações mais enfáticas em relação ao meio ambiente parecerem ter ficado de lado por parte do Estado brasileiro na década de 1970, muito por conta do modelo de desenvolvimento, da forma de governo e do contexto vigente, a posição internacional do país parece ter tido que se adaptar às novas demandas, expectativas ou pressões da comunidade internacional, a exemplo do discurso do presidente Sarney, em 5 de junho de 1986, por ocasião do tombamento da Serra do Mar, o qual contou com um conteúdo genérico de defesa ambiental que se colocou no lado oposto do discurso de Médici em 1972.

Por fim, nota-se que os compromissos ou elementos centrais da ideologia verde se encontram distantes de terem sua ampla implementação nos estados nacionais, mas houve avanços significativos na institucionalização dessas preocupações desde escalas municipais até globais, com órgãos ambientais, leis, educação ambiental e debates que contribuem para uma maior participação e tomada de consciência da sociedade em relação ao equilíbrio ecológico, pois como Andrew Vincent afirmava, o maior poder do pensamento verde está em sua dimensão e capacidade de comprovação científica, não tanto por aspectos morais.

### Considerações finais

O presente artigo procurou cooptar alguns autores que se detêm ao debate sobre a ideologia verde, apresentar os principais pontos que destacam desse pensamento e, na segunda parte, mostrar como as ideias ecológicas se manifestaram na década de 1970. Michael Freedon, por exemplo, sublinha quatro ideias-núcleo da ideologia verde, as quais são as relações entre seres humanos e natureza, a preservação, o holismo, e um estilo de vida de qualidade. Matthew Humphrey, por sua vez, realça outros quatro compromissos centrais do pensamento verde, sendo alguns

semelhantes aos levantados por Freedon, são eles: a reestruturação ecológica; a democratização radical; o direito ecológico; e a não violência.

Já Eduardo Viola, em uma análise mais voltada ao movimento ecológico no então chamado "Terceiro Mundo", aponta três elementos propostos pelo ambientalismo para um novo sistema de valores sustentado no equilíbrio ambiental: a justiça social; a não violência; e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras. A justiça social é o compromisso que mais se destaca em relação às outras análises, justamente pelas particularidades dos países em desenvolvimento em relação aos problemas ambientais.

Sobre como essas perspectivas se manifestaram na década de 1970, viu-se que a significativa ampliação de publicações acerca do tema e a elevação do debate em âmbito global contribuíram muito para que as preocupações ecológicas se pautassem e se fixassem na agenda internacional. Isso resultou de um grande crescimento da população naqueles anos, assim como o significativo aumento dos níveis de industrialização, poluição e degradação ambiental (bem como da capacidade de autoexterminio da humanidade e do meio em que habita, vide a capacidade nuclear a que os países chegaram).

Nesse sentido, as ideias ambientalistas tiveram consequências no Brasil tanto por movimentos internos quanto externos. Associações locais começaram a surgir e, ao mesmo tempo, mais cobranças internacionais em relação à gestão interna do território foram tomando força. É possível associar a questão ecológica como algo que dizia respeito à própria lógica de segurança nacional da ditadura brasileira, pois, como se viu, medidas foram tomadas em parte como incorporação de demandas externas, assim como é possível encontrar, nos arquivos do Serviço Nacional de Informações, documentos que abordam a imagem do País no exterior relativa à sua gestão ambiental do território. Assim, conclui-se que o debate ambiental teve significativo impacto no Brasil durante a década de 1970, e apesar de os governos do período considerarem essas ideias como uma nova forma

de imperialismo, mostraram que algo estava sendo feito em prol do meio ambiente, mesmo que fosse mais simbólico do que através de ações mais efetivas.

## Referências

- ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. Brasília: Funag, 2013.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.
- DUARTE, Lílian C. B. **Política Externa e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
- FREEDEN, Michael. **Ideologies and Political Theory: a conceptual approach**. New York: Oxford University Press, 1996.
- HUMPHREY, Mathew. **Green Ideology**. In: THE OXFORD Handbook of Political Ideologies. New York: Oxford University Press, 2013.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Funag, 2006.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente: O Brasil e a preparação da Conferência de Estocolmo**. Brasília, 1972. <https://doi.org/10.17771/pucricio.acad.31656>
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Posições Brasileiras sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília, 1991.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)**. Brasília, 1978.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório da Delegação Brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente**. Brasília, 1972.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Histórico Brasileiro**. Brasília: [2004]. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental/historico-brasileiro.html>. Acesso em: 18 mar. 2020. <https://doi.org/10.22564/4simbgf2010.194>
- RICUPERO, Rubens. O Tratado de Cooperação Amazônica. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 21, n. 81, p.177-196, jan./mar. 1984.
- VINCENT, Andrew. **Modern Political Ideologies**. Chichester: John Wiley & Sons, 2010.
- VIOLA, Eduardo. **O movimento ecológico no Brasil**. In: VIOLA, Eduardo. Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

## Endereço para correspondência

Bruna Görgen Zeca  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Av. Ipiranga, 6681, Prédio 40  
Partenon, 90619-900  
Porto Alegre, RS, Brasil

## Bruna Görgen Zeca

Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil).